

# HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E MOVIMENTO NEGRO

JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS<sup>\*</sup>

## RESUMO

O artigo se detém em três eventos relativos à história da população negra brasileira, a saber: o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950; a fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978, e as reivindicações advindas do Centenário da Abolição da Escravidão, em 1988. O objetivo é refletir sobre os reflexos desta ampla mobilização política e intelectual na emergência atual dos temas da história e cultura afro-brasileira.

**Palavras-chave:** Mobilização política. Primeiro Congresso do Negro Brasileiro. Movimento Negro Unificado. Centenário da Abolição da Escravidão.

## ABSTRACT

This paper discusses three events regarding the history of Black people in Brazil, namely: the First Congress of Brazilian Blacks in 1950, the foundation of the Unified Black Movement in 1978, and the claims arising out of the Centenary of the Abolition of Slavery in 1988. The aim is to reflect on the consequences of this broad intellectual and political mobilization in the current emergence of themes of Afro-Brazilian history and culture.

**Keywords:** Political mobilization. First Congress of Brazilian Blacks. Unified Black Movement. Centenary of the Abolition of Slavery.

O principal intuito do artigo é demonstrar como as reivindicações levantadas por militantes e intelectuais negros, ao longo dos séculos XX e XXI, foram fundamentais para que eles se tornassem protagonistas da história brasileira recente. Esse processo deu-se ao mesmo tempo em que a sociedade brasileira desamarrava-se dos regimes implantados em 1930 e 1964, período em que os movimentos sociais impulsionavam a roda da história e se alimentavam dos resultados das pesquisas acadêmicas para legitimar as histórias que imaginavam e construam.

---

<sup>\*</sup> Doutor em História pelo PPGH-PUCRS.

Por abarcar um período histórico longo, permeado de cenários, atores e categorias variadas, a reflexão que proponho é um exercício narrativo desafiador. Tem a intenção de ser mais do que uma revisão bibliográfica, como geralmente se entende em trabalhos desta natureza que, a rigor, deveria deter-se em literatura específica, e incorporar questionamentos e dilemas contemporâneos numa perspectiva abrangente.

## **PRIMEIRO CONGRESSO DO NEGRO BRASILEIRO E A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO**

Na década de 1940, com a fundação do Teatro Experimental do Negro – TEM (Rio de Janeiro, 1944), e por meio de suas reiteradas ações culturais e políticas, houve maior protagonismo negro para reivindicações específicas dentro do panteão nacional. Foram os anos em que se realizaram eventos que se propunham de âmbito nacional, como: a Convenção Nacional do Negro, realizada em São Paulo, em 1945, e no Rio de Janeiro, no ano seguinte; a Conferência Nacional do Negro, de 9 a 13 de maio de 1949, no Rio de Janeiro, e o I Congresso do Negro Brasileiro, realizado de 26 de agosto a 4 de setembro de 1950, no Rio de Janeiro.

Conforme Nascimento (1982, p. 403), o I Congresso do Negro Brasileiro foi realizado em comemoração ao centenário da abolição do tráfico de escravos, demonstrando o grande apreço que os negros tinham por efemérides que remetiam ao histórico de emancipação gradual da escravidão. Toda a sociedade brasileira foi convidada a refletir sobre “as aspirações e condições gerais de vida da população de cor”, conforme as resoluções finais do Congresso.<sup>1</sup>

O Congresso foi organizado por determinação da Conferência realizada no ano anterior, e tornou-se o ápice daquele movimento social, que havia iniciado com a Frente Negra Brasileira – FNB (São Paulo, 1931-1937), na primeira metade do século.<sup>2</sup> Reputo o

---

<sup>1</sup> O livro citado foi originalmente publicado em 1968, e traz cópias de boa parte dos pareceres e teses aprovadas, além das principais resoluções dos eventos citados, principalmente, os documentos do I Congresso do Negro Brasileiro.

<sup>2</sup> A FNB foi fechada por motivações políticas logo no início do Estado Novo, em 1937. A série de congressos negros aconteceu no clima político que antecedeu o final do regime, em 1945. Nesse ano, o TEN organizou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, junto com a União Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro, para realizar atividades em favor da anistia aos presos políticos e restabelecer a democracia. Em seguida, a sociedade brasileira irá se mobilizar para a discussão dos grandes temas nacionais na Constituinte que estruturaria o Estado democrático.

Congresso do Negro Brasileiro como a principal iniciativa na disputa política que se deu no campo das relações raciais brasileiras na virada da primeira metade do século. Essa consideração se dá em virtude de três demandas sociais levantadas pelos congressistas que se consolidaram ao longo dos anos. A primeira foi a tentativa de reconhecimento da participação dos intelectuais negros na construção do pensamento social brasileiro. A partir daquele momento, eles passaram a promover eventos intelectuais e a fundar periódicos voltados para a discussão de questões em âmbito nacional, assim como buscar maior interlocução com a elite intelectual. A segunda foi a demonstração da capacidade organizativa do movimento que havia iniciado no princípio daquele século, e chegava ao ápice com críticas contundentes às pesquisas dos principais teóricos das “questões raciais”. A terceira demanda, foi a reivindicação por políticas sociais específicas para a população negra brasileira.<sup>3</sup>

O Congresso resultou de um coletivo de intelectuais e militantes engajados em objetivos comuns, no qual a chamada “cultura negra” passou a assumir papel político cada vez mais proeminente. Não desconheço as organizações negras anteriores, como as irmandades católicas e as “comunidades de terreiro”, as trajetórias dos “heróis negros”, muito menos a história da imprensa negra brasileira, consideradas em diferentes graus de proeminência e momentos históricos e responsáveis por confrontar os discursos da “inferioridade inata da raça negra”. O que vou salientar e refletir, a partir dos resultados daquele Congresso, são as implicações epistemológicas dos lugares a partir dos quais os militantes e intelectuais negros emitiam seus discursos.<sup>4</sup>

O entendimento da organização do Congresso, capitaneada por Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos, era de que a

---

<sup>3</sup> No discurso de abertura, pronunciado na sede da Associação Brasileira de Imprensa, localizada no centro da capital do país, Abdias Nascimento dizia: “O I Congresso do Negro Brasileiro abre uma nova fase nos estudos dos problemas das relações de raça no Brasil, liderando a elaboração de um pensamento para a integração definitiva na nacionalidade, através da ascensão social e econômica dos negros”. Cf. NASCIMENTO, op. cit., p. 121

<sup>4</sup> Manuel Querino (1851-1923), por exemplo, foi um intelectual negro preocupado em recuperar as “sobrevivências africanas” na cultura popular da Bahia no início dos anos de 1900. Ele tornou-se um dos primeiros pensadores a conferir importância à contribuição africana para a formação do Brasil, colocou-se contra alguns “homens de ciência” da época, como Raimundo Nina Rodrigues e Silvio Romero, que representavam os negros e mestiços como inferiores. Nesse sentido, ver: REIS, 2007.

população negra fora “abandonada” pelo Estado.<sup>5</sup> Segundo eles, não houve por parte do governo republicano qualquer medida de integração social e econômica voltada aos negros depois da abolição formal, em 1888. Na *Declaração final* do Congresso, inclusive, recomendavam:

[...] o apoio oficial e público a todas as iniciativas e entidades dos brasileiros de cor, a ampliação da facilidade de instrução e de educação técnica, profissional e artística, a proteção à saúde do povo e a garantia de oportunidades iguais para todos na base da aptidão e da capacidade de cada qual. (NASCIMENTO, 1982, p. 401).

Eles reivindicavam o acesso ao ensino básico e profissional voltado ao mercado de trabalho, buscavam a igualdade na disputa por melhores condições sociais e a intervenção do Estado na resolução dos problemas dos “brasileiros de cor”. O “problema do negro”, que remetia às dificuldades advindas da “herança da escravidão”, era um desafio que deveria ser enfrentado por toda a nação brasileira.

O Congresso foi o primeiro evento nacional organizado com temáticas e discussões encaminhadas por militantes negros, com ênfase na resolução das principais questões da população negra. A conhecida Lei Afonso Arinos, por exemplo, que incluiu o racismo entre as contravenções penais, nasceu por demanda daquele movimento contra atos de discriminação racial e de cor que eram recorrentes no Brasil.<sup>6</sup> Também foi no evento que Guerreiro Ramos defendeu a tese *A Unesco e as relações de raça*, na qual propunha que o órgão internacional responsável por “promover o desenvolvimento dos processos democráticos” estudasse as “experiências sociológicas” desenvolvidas pelo Teatro Experimental do Negro para solução da “questão racial brasileira”.

---

<sup>5</sup> Além de Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos também fizeram parte do Congresso os seguintes intelectuais e ativistas negros: Aguinaldo Camargo, Geraldo Campos de Oliveira, José Pompílio da Hora, Ruth de Souza, Ironides Rodrigues, Sebastião Rodrigues Alves, Maria de Lourdes Vale Nascimento, o senador Hamilton Nogueira, Claudino José da Silva (deputado federal do Partido Comunista), entre outros. O Congresso teve representações políticas de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (Sociedade Floresta Aurora).

<sup>6</sup> A Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, de autoria do deputado federal Afonso Arinos de Melo Franco, diferencia-se da legislação atual, na medida em que o racismo deixou de ser apenas contravenção penal e passou a ser considerado crime inafiançável. (Cf. Artigo 5º da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Federal nº 7.716, sancionada em 5 de janeiro de 1989).

Logo depois da apresentação, Guerreiro recebeu o apoio de Costa Pinto, que disse ter participado, em dezembro de 1949, em Paris, de reunião do Comitê de Raças sob os auspícios da Unesco. Segundo seu depoimento, a proposta de Guerreiro deveria ser aprovada por ser o Brasil “laboratório excelente para estudos de raça”, o que reforçaria os argumentos já apresentados para a Unesco, por ocasião do encontro daquele Comitê.<sup>7</sup>

Havia o entendimento dos intelectuais negros de que a pesquisa realizada por um órgão internacional, portanto isento dos preconceitos nacionais, poderia demonstrar a capacidade civilizatória dos negros na construção do país, o que lhes daria argumentos para passar da “condição de matéria-prima de estudiosos para a de modulador da sua própria conduta”, do seu próprio destino. Muitos deles acreditavam que deveriam realizar seus próprios encontros intelectuais e políticos e definir as principais questões e temáticas científicas a serem abordadas para a resolução das necessidades diárias da população negra. Suas críticas eram dirigidas de forma direta aos pesquisadores dos Congressos Afro-Brasileiros anteriores, realizados no Recife, em 1934, e em Salvador, no ano de 1937. Alguns desses participavam do Congresso do Negro Brasileiro, como: Edison Carneiro, Darcy Ribeiro, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Roger Bastide, Charles Wagley e Thales de Azevedo, e foram acusados de tomar os negros como objetos de estudo, exóticos ou estranhos à cultura brasileira.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Costa Pinto já havia iniciado, naquele ano, as investigações sobre as “relações de raças” no Rio de Janeiro. Inclusive, ele confessou, posteriormente, que fazia “observação participante” no Congresso dos negros. Após, ele foi acusado, em Nascimento (1982), de ficar de posse de documentos do Congresso e de infiltrar-se naquele espaço em proveito próprio. No *Prefácio à segunda edição*, a primeira foi em 1953, Costa Pinto mostrou-se amargurado pela recepção que o seu livro obteve na época. Segundo ele, no primeiro mês, foram vendidos dez exemplares ao dia, depois de “crítica ardente e emocional – às vezes alcançando um nível bem subalterno”, a circulação de suas ideias parece ter arrefecido e o livro passou a ser pouco consumido. A reedição só foi realizada 45 anos depois do lançamento e a sua contribuição para os estudos das relações raciais brasileiras foi relegada ao esquecimento. Foi o período em que a sociologia paulista tornou-se hegemônica no campo das relações raciais. Cf. PINTO, 1998.

<sup>8</sup> Charles Wagley, professor da Columbia University, dirigiu os trabalhos de pesquisa da Unesco no Brasil. Thales de Azevedo, professor da Universidade da Bahia, foi o responsável pelos trabalhos naquele Estado. Costa Pinto, professor da Universidade do Brasil, fez pesquisas no Rio de Janeiro. Os resultados começaram a aparecer a partir de 1952, com *Race and class in rural Brazil* de Wagley, seguido de *Les élites de couleur dans une ville brésilienne* de Azevedo. No ano seguinte, 1953, tínhamos o livro de Costa Pinto já citado (SIQUEIRA, 2005).

Os cientistas não teriam demonstrado qualquer preocupação com os problemas concretos, como: racismo, desemprego e analfabetismo, p. ex., que atingiam principalmente os negros. Também não teriam proposto alternativas para superar as visões do “negro pitoresco” ou do “negro espetáculo”, anteriormente descritas por seus pares, embora, de forma retórica, tivessem colaborado para desvincular a origem dos problemas enfrentados pela população negra dos determinismos biológicos advindos da origem africana.<sup>9</sup>

A “questão racial”, entendida, como “questão negra”, por dirigir-se basicamente a essa parcela populacional, tinha como principal questionamento: “O que fazer com o grande contingente de negros depois da escravidão?”. Levantada pelos primeiros abolicionistas, a questão foi requeitada pelos políticos e intelectuais republicanos como um dos principais problemas sociais a ser resolvido para consolidar a nação que eles almejavam.

Esse verdadeiro “dilema nacional” perpassou todo o pensamento político-social brasileiro, desde pelo menos o início das discussões sobre o final da escravidão. Por sua vez, os intelectuais negros respondiam à “questão”, geralmente, resumida em torno da pergunta “quem somos ou seremos nós?”, com a assertiva: “Somos os formadores da nação e do povo brasileiro”. Eles se consideravam o próprio “povo brasileiro”, parcela a ser reconhecida a partir de um *lôcus* de representação fundamental. Guerreiro Ramos (1957, p. 155) afirmava: “o negro é povo no Brasil”, pois é a matriz demográfica mais importante na formação do país. Portanto, elencar o negro como a principal “questão” ou “problema nacional”, tal como colocado na sociologia da época, era compreendido por ele como “um ato de má fé ou um equívoco epistemológico” que demonstrava a alienação dos nossos pesquisadores. Eles estariam submetidos aos ditames científicos estrangeiros que os levaria à “idealização da brancura”, o que deslocaria o lugar e a importância dos negros na nossa história ao identificá-los como um “problema” a ser resolvido fora do contexto nacional. Se existia uma “questão racial” no Brasil, ela deveria ser solucionada por todos os brasileiros e não apenas

---

<sup>9</sup> Nascimento (2008, p. 144) expõe com detalhes a organização do Congresso e as disputas internas entre os intelectuais negros e os “cientistas e acadêmicos brancos”. Também faz crítica contundente ao trabalho científico de Costa Pinto, que, em resposta aos intelectuais negros que o haviam acusado de tendencioso em suas conclusões da pesquisa sobre o negro no Rio de Janeiro, escreveu: “Duvido que haja biologista que depois de estudar, digamos, um micróbio, tenha visto esse micróbio tomar da pena e vir a público escrever sandices a respeito do estudo do qual ele participou como material de laboratório”. (NASCIMENTO, 1982, p. 61-62)

por aqueles que eram identificados como sendo “o problema”.

O antagonismo entre os “intelectuais negros” e os “cientistas”, definidos por Guerreiro Ramos como “brancos mestiçados do Nordeste”, que tomavam o negro como objeto de pesquisa para dele se distanciar e reforçar seus interesses de pretensão à brancura, nos alerta para a posição social de onde cada grupo proferia o seu discurso. Os estudiosos estavam comprometidos com interesses variados que se aglutinavam sob a rubrica de “científicos”; enquanto os negros estavam interessados na resolução das questões ditas “sociais e raciais”. Ambos, de qualquer forma, procuravam distanciar-se das definições essencialistas de raça e da indeterminação simplificada dos grupos de cor ou origem, mas não conseguiam escapar dos lugares demarcados pelo fenótipo e pela disputa de ascensão aos lugares de prestígio.

Alguns intelectuais negros tinham a pretensão de ocupar as cátedras universitárias e os cargos públicos, mas esbarravam nas dificuldades de legitimar-se na sociedade e entre os pares, o que os levava a compactuar com aqueles que não passavam da “condição de matéria-prima dos estudiosos”. Por sua vez, os “cientistas” presentes no Congresso, mesmos os conhecidos como “mestiçados”, buscavam afirmar o lugar ocupado e reforçar a interlocução com as lideranças negras. Eles aproveitaram o evento para se aproximar de seus objetos de estudos, reforçar suas conclusões e destituir os intelectuais negros. No calor da discussão, alguns daqueles que eram representados como uma “elite negra intelectualizada” foram acusados de se encontrarem distantes da realidade da maioria dos seus “irmãos de infortúnio”.

Pereira (1999, p. 254) definiu, de forma esquemática, três fases nas relações entre acadêmicos e militantes negros após a proclamação da República: a primeira tentativa se deu no início do século XX, e foi caracterizada pela absoluta falta de diálogo entre os grupos; a segunda, a partir de 1950, estabeleceu o diálogo, mas a iniciativa coube aos acadêmicos; e a terceira, atual (1999), foi onde acadêmicos e militantes mantiveram diálogo equilibrado, embora com reclamações mútuas.

O esquematismo proposto reconheceu contribuições intelectuais por parte dos negros apenas na terceira fase; antes, ao que o autor nos sugere, as aproximações para o diálogo e a colaboração teriam se dado unicamente por iniciativa dos acadêmicos. A segunda fase teve início com as pesquisas de Roger Bastide e Florestan Fernandes que, sob os auspícios da Unesco, transformaram as lideranças negras em informantes das suas pesquisas. O autor reforçou, mais uma vez, a proeminência dos trabalhos da “escola paulista de sociologia”, da qual

fazia parte, no campo dos estudos das relações raciais brasileiras. Por outro lado, demonstrou desconhecer a realização do I Congresso do Negro Brasileiro, onde a iniciativa de colaboração entre ativistas e intelectuais negros e acadêmicos para se refletir sobre as questões negras partiu dos primeiros.

Naquelas disputas intelectuais em torno do Congresso do Negro Brasileiro tornaram-se explícitos os estereótipos reproduzidos de parte a parte – os negros como objetos de pesquisa; os acadêmicos como potenciais traidores; os intelectuais negros como guias da “massa inculta”; os acadêmicos como guardiões do conhecimento produzido sobre os negros – o que definiria muitos dos combates que se dariam pelo monopólio dos campos de pesquisas das relações raciais.

As críticas das lideranças negras, principalmente aquelas elaboradas por Guerreiro Ramos à “ciência branca”, não tinham apenas o caráter político de disputa por territórios e fontes de pesquisas. Eram motivadas também para a necessidade da definição de novos fundamentos epistemológicos voltados para teorias e metodologias de investigação e análise que descortinassem a realidade e a subjetividade afrodescendentes. Preocupações que se encontravam distantes da realidade, do compromisso político e da compreensão da maioria dos intelectuais da elite. Chamada por Guerreiro de “corrente pragmática”, as suas reflexões prestaram serviço ao pensamento social brasileiro ao criticar os intelectuais que se dedicaram a estudar o negro como um estrangeiro em sua própria terra. Até então, os negros eram vistos apenas como objetos de estudo, material etnográfico que servia de simples curiosidade ou a eruditas divagações científicas, na medida em que se mostravam pouco preocupados com a situação de miséria, doença e analfabetismo da maior parte dessa população.<sup>10</sup>

Nos escritos de *O processo da sociologia no Brasil*, de 1953, Guerreiro fez uma radiografia dos intelectuais que compõem as ciências sociais brasileiras e propôs a continuidade, no que era visto como um limite, entre a produção sociológica institucionalizada dos

---

<sup>10</sup> Motta-Maués (1999) trouxe a contribuição intelectual, ainda pouco reconhecida, dos militantes negros às ciências sociais da primeira metade do século passado. Ela qualificou como um “diálogo” entre acadêmicos e militantes, no qual as críticas dos negros aos pesquisadores foram interpretadas como sendo de teor mais político do que propriamente científico. Por outro lado, eu entendo como um debate levado a cabo por contendores com origens sociais, interesses políticos e que propunham epistemologias diferenciadas para compreender uma mesma realidade. Portanto, ambos os grupos eram formados por intelectuais.

anos de 1930, e a chamada “pré-científica” ou “ensaística” dos anos anteriores. O exercício intelectual proposto por ele, comparado com os estudos anteriores, foi considerado uma guinada radical na literatura sociológica ao aproximar as contribuições intelectuais dos séculos XIX e XX.<sup>11</sup> Silvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Alberto Torres teriam criado um “instrumento para a construção nacional” ao articular o problema racial com a questão nacional. Embora houvesse alguns equívocos entre eles, de natureza racista, procuraram um lugar para o negro na sociedade brasileira, ao contrário de outros que seguiram os ensinamentos de Nina Rodrigues. Nessa direção, teriam seguido Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Roger Bastide, Costa Pinto, entre outros, que viam o negro como uma ameaça aos destinos da nação desejada – civilizada, branca, ocidental.

Guerreiro foi um crítico feroz da importação de ideias e do elitismo dos intelectuais brasileiros que, segundo ele, revestidos de cientificismo, encontravam-se distantes dos problemas que afligiam o povo brasileiro. Depois da sua morte, em 1982, e de forma mais definitiva a partir da década de 1990, a obra de Guerreiro Ramos passou a ser exumada como uma mostra de que, afinal de contas, existiram pensadores brasileiros originais que fugiram aos cânones tradicionais.<sup>12</sup>

Para finalizar esta parte, o Congresso aprovou em assembleia uma *Declaração final*, que ratificava as discussões e os encaminhamentos da maioria, intelectuais e militantes negros, em grande número, destituídos de títulos acadêmicos. Eles foram questionados pelos “homens de ciência”, que fizeram aprovar outra *Declaração*, que, por sua vez, iniciava afirmando não acreditar na

---

<sup>11</sup> O trabalho de Santos (2002) é uma recuperação bibliográfica abrangente de todos os intelectuais brasileiros que se interessaram pelos principais problemas nacionais, passando pela escravidão, abolição, construção da nacionalidade, educação, economia, política nacional, relações internacionais, entre outros. Guerreiro Ramos é o único intelectual brasileiro destacado como o fundador de uma matriz do pensamento político-social que faz a crítica de todas as outras, que foram elencadas como resultado da contribuição de vários pensadores. Nesse sentido, ver também os trabalhos de: MICELI, 1989; MAIO, 1996.

<sup>12</sup> Foi o que fizeram Souza (2000) e Bariani (2006), embora outros autores coloquem a obra de Guerreiro Ramos como caudatária do que entendem como “iberismo”, uma tradição de pensamento social que teve grande influência em autores como Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Alberto Torres e Silvio Romero; exceto o primeiro, todos os outros eram influências intelectuais reconhecidas por Guerreiro. Segundo Vianna et al. (1994, p. 381), o “iberismo teria como base concepções organicistas e comunitaristas da ordem nacional e as suas reservas quanto ao individualismo e ao mundo livre dos interesses”.

“superioridade de raças”, motivo pelo qual eles não “emprestariam seu concurso à criação de atitudes que não tenham justificativa na ciência” (NASCIMENTO, 1982, p. 399-400). No documento assinado pelos “cientistas”, estavam explícitas as ideias que eram correntes na sociedade brasileira, – qualquer atitude para a afirmação da identidade negra ou de organização social com esse fim era acusada de racista. Portanto, não haveria a aprovação da ciência, nem, muito menos, de boa parte dos brasileiros.

A *Declaração final* do I Congresso do Negro Brasileiro representava “uma nova fase nos estudos dos problemas das relações de raça no Brasil”, conforme profetizara Abdias Nascimento na abertura, com a possibilidade da realização de estudos e eventos intelectuais independentes. Os negros passaram a ser, cada vez mais, protagonistas na organização dos seus eventos políticos, na publicação dos seus manuais de sobrevivência, na constituição de identidades e nas escolhas das histórias que iriam contar. Nessa direção, não buscaram a segregação e o distanciamento do convívio daqueles que lhes eram parceiros de luta, muito pelo contrário, apenas estabeleceram novas bases para os contratos de colaboração mútua.

## **MOVIMENTO NEGRO E A RENOVAÇÃO HISTORIOGRÁFICA**

Na luta contra o preconceito racial e por melhor situação econômica, as disputas – ideológicas, estratégicas, religiosas e de gênero – dentro das trincheiras do movimento negro, não impediram certa unidade nas reivindicações. A solidariedade e a identificação étnico-racial foram dispositivos acionados para a unidade política, que foi construída para a mobilização social na disputa pela hegemonia do discurso pró-nacionalidade. As fronteiras entre ação política e ação social e cultural, entendidas geralmente como espaços de disputas e tensões, não se mantiveram estanques. Ao contrário, serviram ao diálogo e à aproximação entre os militantes para a afirmação comum de um sentido de “negritude” no combate pela igualdade de condições no acesso à riqueza produzida no país.<sup>13</sup>

As articulações culturais e políticas em torno da criação do Movimento Negro Unificado e a expansão inicial da história em

---

<sup>13</sup> Negritude é uma categoria genérica, originada na diáspora africana, que serve para ressaltar a movimentação cultural e o protagonismo negro no Brasil. É usada, geralmente, com o sentido político de superação das diferenças em busca da unidade de estratégias e posicionamentos políticos.

direção a novos temas e problemas se deram apenas a partir do final dos anos de 1970.<sup>14</sup> A emergência dos “novos movimentos sociais” iniciada naquela década, teve a sua culminância nos anos posteriores em que passou a haver uma maior influência sobre os recortes temáticos e temporais das pesquisas que se seguiram. Foi no contexto de transformações sociais e políticas contra o regime civil-militar que os historiadores iniciaram o processo que levou à renovação historiográfica recente. Período em que passaram a deter-se com maior fôlego sobre diversos aspectos da conquista da cidadania empreendida por escravos e libertos e sobre o processo inacabado de mobilidade social da maioria da população negra.<sup>15</sup>

A produção intelectual nos campos de pesquisa da escravidão e das relações raciais cresceu muito entre as décadas de 1970 e 1990. Apenas no quinquênio 1985-1990, as temáticas que faziam referência àqueles campos concentraram 65% das pesquisas realizadas, o que demonstra o quanto estava represada a demanda social e acadêmica por esses assuntos.<sup>16</sup> Dentre os trabalhos produzidos no final daquela primeira década, tivemos um marco na sociologia brasileira, referência teórica para uma nova geração de pesquisadores e obra de reconhecida contribuição à história política da questão racial. Hasenbalg (2005), originalmente publicado no Brasil em 1979, como resultado de pesquisa para o doutorado desenvolvido na Universidade da Califórnia, foi um dos pioneiros a colocar objeções aos trabalhos anteriores. Demonstrou que cerca de 90% da população escravizada era livre um ano antes da abolição, e que, portanto, alguns descendentes já tinham acumulado capital cultural para buscar a integração social e fugir da “anomia social”.

---

<sup>14</sup> É necessário lembrar que a passagem dos “80 anos da abolição”, em 13 de maio de 1968, foi um momento importante para a discussão pública. Intelectuais do movimento negro, militantes dos anos de 1920 e 1930, e estudiosos das relações raciais sentaram-se para avaliar a situação social da população afro-brasileira. A primeira edição do livro de Abdias do Nascimento, anteriormente citado, em 1968, foi uma lembrança daqueles anos passados sem grandes conquistas políticas para a população negra.

<sup>15</sup> A definição do movimento negro, no singular, é tida por boa parte dos intelectuais e militantes como um “essencialismo estratégico”. Embora considerem a diversidade das organizações negras, desde a Frente Negra Brasileira, na década de 1930, ao movimento negro contemporâneo, compostas por diferentes atores políticos e estratégias de atuação, são reconhecidas como dirigidas aos mesmos objetivos – contra o racismo e a favor de uma vida mais digna para a população negra brasileira (PEREIRA, 2008).

<sup>16</sup> O final do regime autoritário, em 1985, ajudou a criar um contexto para pesquisas desse tipo, nesse sentido, ver o cadastro da produção intelectual entre os anos de 1970-1990, organizado por: BARCELOS; CUNHA; ARAÚJO, 1991.

Os imigrantes não possuíam habilidades, educação ou conhecimentos técnicos superiores aos ex-escravos, conforme era a justificativa da época para que ocupassem o mercado de trabalho nascente. As condições de partida para a integração dos dois grupos eram bastante semelhantes, as diferenças estavam nas oportunidades que os europeus tiveram de melhorar suas condições sociais e econômicas, prevalecendo ao trabalhador nacional, diga-se, negro.<sup>17</sup>

A partir daqueles anos, também a produção histórica passou a sofrer um processo de renovação teórico-metodológica que recrudesceria na década seguinte e atingiria o pico no final do século passado. Aquela historiografia foi saudada por criticar os pesquisadores submersos na “teoria da substituição” do escravo pelo imigrante ou por colocar em cena novos agentes e inaugurar outras práticas.<sup>18</sup> Ao refazer o percurso da historiografia do centro do país no início dos anos oitenta sobre a República Velha, Luca (2003, p. 38) afirmava ter acontecido “um rico debate em torno de práticas e sujeitos marginalizados e/ou esquecidos pelos enredos instituídos por aqueles que detiveram o poder de impor sua versão do passado”. A autora estava preocupada com a reformulação constante de problemas, temas e procedimentos da história e sua relação com as demandas do presente que nos obrigam a encarar o passado sob novas perspectivas – o diálogo necessário para que o historiador reconheça-se como parte do processo de construção do conhecimento, a dinâmica interna da própria disciplina, os grupos de poder que se instalaram no seu interior e as formas de interlocução com as demais ciências humanas, o que define boa parte das opções por este ou aquele objeto de pesquisa e a forma como analisá-lo.

Os anos finais daquela década distinguiram-se pelo aparecimento de interpretações inovadoras, célebres por se colocarem contra a “coisificação do escravo” e questionar a instituição da “ênfase na rebeldia negra”. Era outra geração de historiadores que confrontava aqueles que esgrimiam “armaduras teóricas inexpugnáveis”,

---

<sup>17</sup> O preconceito e a discriminação raciais, vistos como sobreviventes do regime anterior foram apontados pelo autor, como mecanismos fundamentais para a manutenção das desigualdades depois da abolição. Cf. HASENBALG, 2005.

<sup>18</sup> As críticas sobre as historiografias que se detiveram na “transição” e na “teoria da substituição” recorreram aos resultados das pesquisas sobre trajetórias individuais, famílias negras e organizações sociais dos escravos e libertos. Esses trabalhos, ao recuperar os exemplos de indivíduos que escaparam aos determinismos sociais, políticos e econômicos anteriormente descritos, demonstraram algumas continuidades entre as experiências anteriores e as que se seguiram à escravidão (LARA, 1998, p. 25-39).

representadas por conceitos que procuravam abarcar a totalidade dos fenômenos sociais, políticos e econômicos, como: urbanização, imigração, nacionalidade, modernização, industrialização, classe operária e mercado de trabalho – categorias que foram mudando paulatinamente para definir melhor a complexidade das experiências dos diferentes atores históricos que se mostravam em todos os lugares e com novas formas de fazer política.<sup>19</sup> Cultura, imaginário, cidadania, representação, cotidiano e etnicidade passaram então a ser acionados como recursos analíticos para o entendimento das múltiplas vozes daqueles que, em muitos casos, não deixaram registros textuais diretos.

Foi o período em que tivemos a primeira enxurrada epistemológica advinda das influências dos trabalhos de Foucault, Geertz, Eco, Darnton, Thompson e Ginzburg, respectivamente, publicados em português nos anos de 1978, 1983, 1986 e 1987, que ficaram genericamente reconhecidos como “nova história”.<sup>20</sup> Esses trabalhos tornaram-se referências obrigatórias e colaboraram com notáveis mudanças nas disciplinas acadêmicas, tanto nas alterações das formas de escrever a história como no aprimoramento e uso de novas categorias de análise. Muitas dessas mudanças foram derivadas das crises dos paradigmas – marxismo e estruturalismo – e do questionamento de conceitos totalizantes como classe e mentalidades, bem como dos desdobramentos da “Escola ou movimento dos Annales”.<sup>21</sup>

Essa renovação historiográfica, entre outros resultados, voltou-se também para o indivíduo comum e seu papel na sociedade, o que foi concomitante ao processo de expansão gradativa dos cursos de

---

<sup>19</sup> Os estudos sobre os movimentos sociais clássicos – operários, sindicais, ideológicos – passaram por um arrefecimento no final da década de 1980, quando houve um deslocamento das pesquisas para atores específicos e para problemas circunscritos. O que gerou, ainda na década seguinte, a defesa daquelas temáticas tidas como “tradicionais” e sua importância para a historiografia brasileira. Nesse sentido, ver um dos maiores defensores daquela história: BATALHA, 1998.

<sup>20</sup> “Nova história” é entendida como um rótulo colocado sobre a produção histórica brasileira, produzida ao longo das décadas de 1970 e 1980, que se dizia tributária ao “movimento dos Annales”, iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre na França da primeira metade daquele século. Cf. SALIBA, 1992.

<sup>21</sup> Sem dúvida que essas mudanças estavam em sintonia com transformações mundiais que se descortinavam por todo o planeta. As décadas de 1970 a 1990 ficaram conhecidas como as “décadas da crise”, tiveram continuidade na quebra da Bolsa de Valores dos Estados Unidos, em 1987, na crise do câmbio internacional, em 1992, e em seus desdobramentos de recessão econômica, desemprego e mobilizações sociais.

pós-graduação.<sup>22</sup> Além disso, no meio universitário houve maior inserção de pessoas preocupadas com algumas “minorias sociológicas”, que passaram a se deter cada vez mais sobre a história do seu grupo de origem. A presença de intelectuais e ativistas negros nos espaços de produção acadêmica e de discussão política tornou-se cada vez maior.<sup>23</sup> Trouxe novos elementos para aqueles debates ao mostrar as desigualdades sociais entre negros e brancos no acesso ao conhecimento, à saúde e à moradia, ao mesmo tempo em que reivindicavam maior atuação dos governos estaduais e nacional.

Segundo relato de Sidney Chalhoub<sup>24</sup>, um dos tantos historiadores que sofreram aquelas influências, falando da geração de pesquisadores a que pertenceu no início da década de 1980,

Para os historiadores jovens daquela época era uma grande questão política reconhecer o direito à memória e, por conseguinte, era necessário inserir na historiografia sujeitos sociais coletivos semelhantes àqueles que emergiam na história do país naquele momento (CHALHOUB, 2010, p. 95).

Chalhoub lembrava, provavelmente, das iniciativas públicas do “novo sindicalismo” e dos movimentos feminista, negro e homossexual, que emergiam no período de “abertura política” e dirigiam-se para o final da ditadura civil-militar como sujeitos coletivos organizados e que não se viam representados, entre outros lugares, nos livros de história.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> Não devemos esquecer que boa parte dos cursos de mestrado vão ser criados no final dos anos de 1980, e vão se solidificar apenas na década seguinte. No caso da UFRGS, maior universidade do Estado do Rio Grande do Sul, o Programa de Pós-Graduação em História, criado em 1986, teve as primeiras dissertações defendidas em 1990, e a implementação do doutorado apenas a partir de agosto de 1995.

<sup>23</sup> O Quilombo hoje, por exemplo, é um grupo editorial formado por intelectuais negros que mantém, desde 1978, a publicação dos Cadernos Negros, publicação voltada para a divulgação de poesias e contos sobre as temáticas afro-brasileiras e que se mantém, ainda hoje, com distribuição nacional.

<sup>24</sup> Sidney Chalhoub nasceu em 1957, na cidade do Rio de Janeiro, um dos principais focos das mobilizações negras no país. Desde 1985, leciona no Departamento de História da Unicamp, um dos centros de pesquisas que mais têm colaborado para a renovação historiográfica a que me refiro.

<sup>25</sup> Por “novo sindicalismo” entende-se o movimento operário que se destacou nas grandes greves de 1978 e 1979, principalmente na região do ABC paulista. A partir da organização em comissões de fábricas e da concentração dos trabalhadores no Sindicato dos Metalúrgicos, houve cada vez mais a afirmação das lideranças, como foi o caso de Luiz Inácio Lula da Silva. Naqueles anos, o sindicalismo ressurgiu de forma independente do controle do Estado e ficou conhecido por “novo sindicalismo”.

O Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial distribuiu cerca de cinco mil documentos sob o título de *Carta aberta à população. Contra o racismo*, o que se seguiu à leitura em coro de mais de mil vezes em plena praça pública da maior cidade do país. No ano de 1978, deu-se a fundação do que passou a ser reconhecido como Movimento Negro Unificado, que trouxe para a agenda das reivindicações questões como: racismo, cultura negra, educação, trabalho, mulher negra, política internacional, religião e violência racial. O discurso étnico de que eram portadores ultrapassava as fronteiras do ufanismo nacionalista que vinha implantando-se desde a abolição e consolidou-se nas Constituições de 1891 e de 1934. Desde esses marcos regulatórios, os negros passaram a ser reconhecidos como iguais perante a lei, com direitos de liberdade, segurança, educação e propriedade, mas os frutos da urbanização e da industrialização tinham chegado até poucos dentre eles. A partir daquele dia, passaram a empunhar a bandeira do rompimento da barreira da não confrontação política, estabelecida com a acomodação da diferença étnico-racial.<sup>26</sup>

A integração da população negra à nacionalidade passou a ter um componente fundamental, que era o respeito à diferença como grupo cultural e étnico que construiu o país. Uma das alternativas encontradas para a construção de uma memória alternativa e de certa “consciência étnica” que escapasse à ideologia da democracia racial, fundada sobre os princípios da mestiçagem, foi buscar uma maior aproximação com o continente africano.<sup>27</sup> Em pleno processo de descolonização e luta contra o *apartheid* na África do Sul, parte do continente passou a ser referência de organização política e resistência armada ao colonizador na busca por cidadania. Mais do que a morada

---

<sup>26</sup> O ato público foi realizado no dia 8 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. A carta pública iniciava com as seguintes palavras: “Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro!”. (Conforme documento original do Acervo de Oliveira Silveira).

<sup>27</sup> Na qualidade de professor titular da Universidade de Nova Iorque, Abdias Nascimento participou do VI Congresso Pan-Africano, em 1974, na Tanzânia. Em 1976, ele voltou ao continente no Seminário de Alternativas Africanas, coordenado pelo escritor nigeriano Wole Soyinka, presidente da União dos Escritores dos Povos Africanos. O evento teve lugar em Dacar e foi patrocinado pelo governo do Senegal, Leopoldo S. Senghor. Foram oportunidades em que denunciou, em âmbito internacional, para cerca de mil pessoas, o racismo, a discriminação e a falência da democracia racial no Brasil (NASCIMENTO, 1982).

dos ancestrais e dos orixás, a África passou a ser fonte de inspiração política e intelectual. O mito de origem do negro brasileiro passou a se remeter à África, não mais ao escravismo. Havia um crescente movimento de tomada de consciência da diáspora africana que se dirigia para a internacionalização com a participação em eventos não apenas naquele continente, mas também nos Congressos de Cultura Negra das Américas, Caribe e Estados Unidos.<sup>28</sup>

Embora se considere cada vez mais a importância do movimento negro na história do país, não é o caso de pensar a produção historiográfica que se seguiu àqueles anos ou os historiadores que assumiram essas influências como simples caudatários de organizações sociais específicas. O objetivo é salientar o desejo manifesto de “revoluções” e a necessidade de mudanças que se inscreviam naquela sociedade que procurava se afastar dos limites impostos pelo “regime de exceção”. As representações daquela realidade na historiografia sobre o negro no Brasil tiveram mão dupla: tanto foram influenciadas pelos movimentos sociais quanto influenciaram a literatura produzida pelos intelectuais negros e brancos.<sup>29</sup> Havia interesses e necessidades que se encaminhavam para mudanças, reformulações, buscas de novos referenciais históricos que tornassem possível a construção de estratégias políticas para a superação da realidade em que viviam.

Desde o início da ditadura civil-militar, implantada no Brasil a partir de 1964, os intelectuais e os demais envolvidos com os problemas das relações raciais brasileira foram perseguidos pelos militares, as denúncias do racismo e do preconceito faziam parte daquilo que eles entendiam como “segurança nacional” e iam contra as ideias de democracia racial defendidas até o final do regime. Em 1969, por exemplo, houve o expurgo dos mais destacados representantes da “escola paulista” de relações raciais. Foi uma represália aos pesquisadores que demonstraram que a democracia racial não passava de uma intenção ou recurso ideológico criado por

---

<sup>28</sup> Escritores e ideólogos africanos como Agostinho Neto, Samora Machel, Amílcar Cabral, e da diáspora, Frantz Fanon e Aimé Césaire, por exemplo, passaram a ser traduzidos e discutidos por intelectuais e militantes, como alternativa ao movimento estudantil marxista que se voltava para a União Soviética.

<sup>29</sup> Silva (2007) realizou pesquisa por meio de periódicos e demais documentos produzidos pelo movimento negro desde 1978, para demonstrar a forma idealizada como recriaram parte da história do negro no país. Segundo o autor, os intelectuais e militantes do movimento negro fizeram uso político da história como estratégia de combate ao racismo ao refletir sobre personagens e fatos da história oficial e recriar seus equivalentes “heróis negros”.

políticos e intelectuais para apaziguar as tensões raciais da primeira metade daquele século.<sup>30</sup>

Também o Censo Demográfico de 1970, por “motivos técnicos”, deixou de fazer a pergunta sobre a cor com a qual se identificava cada indivíduo da população brasileira. A decisão dos técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) viria a ser criticada pela literatura sociológica, que entendeu que a falta de pesquisas para a compreensão dos sistemas de classificações de cor encobririam a discriminação e a desigualdade racial.<sup>31</sup>

Os estudos demográficos e sociológicos sobre relações raciais só passaram a obter dados para suas pesquisas depois de intenso questionamento das medidas autoritárias. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 1976, levantou dados sobre cor e mobilidade social e incluiu uma pergunta aberta sobre a cor do informante. Quatro anos depois, o Censo Demográfico de 1980 retomou a questão sobre a classificação racial ou de cor dos brasileiros. O resultado das pesquisas deixou de enfatizar o legado do passado escravista e destacou práticas racistas e discriminatórias que atuavam no presente para perpetuar a desigualdade. Negros e mestiços (pretos e pardos, segundo a denominação do IBGE) estão expostos a desvantagens cumulativas que são transmitidas de uma geração para outra. A expectativa de vida é inferior, a proporção de analfabetos é maior, as crianças completam menos anos de estudos, e as disparidades no acesso ao ensino superior são ainda mais significativas entre os grupos negros e brancos no país. A desigualdade educacional irá refletir-se posteriormente, em padrões diferenciados na inserção e ascensão

---

<sup>30</sup> A “escola paulista de sociologia” foi resultado, dentre outros aspectos, do Projeto Unesco, encomendado e financiado por esse órgão internacional no início da década de 1950. Conforme vimos, o objetivo era pesquisar as relações raciais brasileiras como exemplo para o mundo, que se encontrava dividido pelos resultados da Segunda Guerra Mundial e o início do processo que visava a descolonização africana e asiática. O resultado de boa parte das pesquisas trouxe informações que demonstraram que a propalada harmonia entre os diferentes grupos étnicos que construíram o Brasil, a famosa “democracia racial”, era um dos mitos fundadores da nossa nacionalidade. Ver, dentre outros: GUIMARÃES, 1999; MAIO, 1997.

<sup>31</sup> Um dos argumentos para a não inclusão do critério racial nas pesquisas era que os entrevistados não se identificavam apenas como “pretos e brancos”, havia uma plêiade de autoidentificações etnicorraciais que dificultariam a captação dos dados. Por outro lado, outros pesquisadores disseram que a “questão racial” era um problema exclusivo da sociologia norte-americana, portanto, era um falso problema ou a importação de uma questão que não nos dizia respeito. Cf. MAGGIE, 1996.

social dos grupos de cor na estrutura ocupacional.<sup>32</sup>

Pesquisadores e militantes negros, de posse do resultado do Censo, trouxeram para a arena do debate nacional e para o conhecimento público a necessidade da implementação de políticas públicas que assegurassem o acesso ao ensino a camadas da população negra. Também veio à tona a reivindicação pela reformulação dos currículos escolares e a inclusão do negro na história do Brasil, por meio de aulas de história da África e do estudo das línguas africanas. Foi um amplo processo que conjugou experiências exteriores, vindas dos Estados Unidos, e a luta pela descolonização do continente africano, com o desenvolvimento econômico e o início da abertura política no Brasil. Tudo isso contribuiu para a inserção de intelectuais comprometidos com as mudanças sociais nos principais centros de pesquisa e nas iniciativas políticas do movimento negro.<sup>33</sup>

Em pesquisa recente, foram contabilizados 114 títulos publicados na década de 1980, 196 na década seguinte e 416 livros, artigos, teses e dissertações, de 2000 a 2006, sobre escravidão no Brasil Meridional.<sup>34</sup> A “emergência” dessa temática no meio acadêmico deu-se no mesmo momento em que os negros saíram às ruas para lutar por direitos e alguns dos seus representantes buscaram se afirmar nas principais universidades. Isso pode ser percebido como expressão, dentre outros aspectos, das possibilidades abertas pela renovação historiográfica do que se entende, *grosso modo*, como “história vista de baixo”, que indica o objetivo de trazer à tona os esquecidos ou omitidos pela história tradicional.<sup>35</sup>

Cunhada por Edward Palmer Thompson, em 1966, em contexto histórico e com preocupações metodológicas diversas do nosso, aquela história tinha um sentido político explícito. Criticava a “história inglesa oficialmente correta”, que não tinha interesse em

---

<sup>32</sup> Hasenbalg (1979) foi um dos primeiros a demonstrar que a desigualdade racial e os entraves para a mobilidade social da população negra eram estruturais, ou seja, existiam mecanismos sociais como a “boa aparência”, por exemplo, que reduziam as chances dos negros para a ascensão social almejada.

<sup>33</sup> No ano de 1985, foram contabilizadas cerca de 400 organizações negras. Em 1999, já eram mais de 700 entidades governamentais, organizações de base popular e ONGs, voltadas para a educação, direitos humanos, serviços legais e promoção cultural. Cf. DAVIS, 2000.

<sup>34</sup> O trabalho de Xavier (2008) tinha como limites geográficos os três estados da região sul, mas neste texto se deteve no Rio Grande do Sul.

<sup>35</sup> Por exemplo, o Grupo Gay da Bahia, primeira organização homossexual brasileira a ser registrada como sociedade civil em 1983, teve como sua principal liderança o professor da UFBA Luiz Carlos Mott. Ele foi um dos primeiros pesquisadores a se interessar pela história da homossexualidade no Brasil. Cf. ZANATTA, 1997, p. 220.

recuperar e manter a história da gente comum, diga-se, a história da classe operária, objeto de suas pesquisas. Thompson foi um dos historiadores que mais influência teve na consolidação do campo de estudos da história social como uma história-problema que se abre de maneira contínua a novas temáticas, objetos de pesquisa e aos métodos das demais ciências humanas. Nos anos finais do século passado, cada vez mais a “história vista de baixo” passou a ser articulada com a “história vista de cima”.

## **CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO E AS DISPUTAS PELA “NACIONALIDADE”**

A data comemorativa do centenário da abolição da escravatura foi um momento fundamental para a busca da unidade do movimento negro, bem como a aproximação com outros setores da sociedade, para disputar a hegemonia da memória nacional construída sobre a escravidão e a liberdade. A partir das mobilizações políticas que estabeleciam uma data alternativa ao 13 de maio e um herói que substituísse a princesa Isabel, procurava-se romper os laços da união nacional e da identidade brasileira promovidos pelo Estado.<sup>36</sup>

A continuidade da memória nacional referente à escravidão, geralmente reforçada no seu caráter mítico de mestiçagem e harmonia racial, foi fracionada e confrontada com discursos políticos opostos que incluíam as temáticas do gênero, da raça, do racismo, da desigualdade e do poder político no Brasil. Dentro do próprio movimento negro, eram refletidas as mudanças sociais que o mundo vivia. O I Encontro Nacional de Mulheres Negras, que ocorreu em Valença, no Rio de Janeiro, deu-se no mesmo ano em que o país todo festejava o centenário da abolição.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> A proposta de substituição do 13 de maio pelo 20 de novembro, da princesa Isabel por Zumbi, vinha desde 1971, com a fundação do Grupo Palmares, em Porto Alegre. Segundo relatos de Oliveira Silveira, a busca por um herói negro o levou a pesquisar em livros de Décio Freitas e Edison Carneiro sobre a história de Zumbi e do quilombo de Palmares. A partir da criação do Movimento Negro Unificado, em 1978, em São Paulo, essa proposta passou a ser uma bandeira nacional. Eram tentativas de que o estado brasileiro reconhecesse, mais do que um herói, a participação do negro na construção do país, mais do que a discriminação racial, a situação social e econômica em que se encontrava essa população.

<sup>37</sup> Não só o movimento negro multiplicava-se com as organizações independentes das mulheres, também o movimento feminista, criticado por ser dominado por mulheres brancas e de classe média que se mostravam pouco sensíveis para os problemas das negras serviu como motivador para que elas tomassem iniciativas. A Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras foi fundada em Porto Alegre, em

Foi a partir das comemorações oficiais e das reivindicações do movimento negro advindas do centenário da abolição, ano em que também se deu a aprovação da Constituição de 1988, que passou a haver maior interesse dos pesquisadores sobre o período que se seguiu ao 13 de maio. Os processos sociais e políticos que levaram àquela efeméride, assim como aos desdobramentos posteriores, foram momentos que se tornaram significativos para os questionamentos sobre a contribuição dos africanos escravizados e seus descendentes na construção da memória nacional sobre o pós-abolição.

Por um lado, o ano de 1988 foi o ápice da mobilização negra e da conquista de direitos por amplos setores da sociedade; por outro, os historiadores despertaram para a necessidade da aproximação ou, no melhor dos casos, da intersecção, que ocorreria no final dos anos de 1990, entre os campos de estudos da escravidão e da liberdade. Tanto do ponto de vista da utilização de novas fontes de pesquisa e renovação temática quanto dos recursos teórico-metodológicos disponibilizados, temos atualmente uma grande diversidade de versões do passado sobre a história da escravidão e do pós-abolição. Os africanos e seus descendentes do pretérito – hoje sob o influxo das políticas de ações afirmativas e de uma maior visibilidade social em virtude das reivindicações dos movimentos sociais, bem como do aumento da entrada de afro-brasileiros nas universidades – têm sido mostrados mais organizados, alfabetizados e politizados, como nunca se viu na historiografia deste país.

Até o final de 1980, a preocupação maior dos pesquisadores brasileiros foi com a escravidão, e boa parte daqueles que se aventuraram ao que se seguiu ao 13 de maio de 1888 ficaram demasiadamente presos às ideias de “transição” do trabalho escravo para o livre e “herança da escravidão”. Os principais problemas de pesquisa eram com as condições estruturais, políticas e econômicas que definiram a passagem da mão de obra escrava para o trabalho assalariado e imigrante. A inquietação dava-se menos com a cultura e os sujeitos históricos, e mais com os mecanismos que afirmavam a incompatibilidade entre a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo.<sup>38</sup> Partindo das representações expressas nos documentos escritos por abolicionistas, políticos e intelectuais do século XIX, as conclusões dos historiadores ficaram

---

1987, enquanto a maioria dos coletivos das mulheres negras seria criada depois do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Cf. ROLAND, 2000.

<sup>38</sup> Para o Rio Grande do Sul, ver especialmente o capítulo “A desintegração da ordem escravocrata”, em Cardoso (1977).

limitadas, em termos de interpretação e uso documental. Eles estavam mais preocupados com a “transição”, entendida como o tempo necessário para que o trabalhador escravizado fosse gradativamente substituído pelo livre europeu. Estava longe de ser o período de adaptação ao novo estatuto social do liberto ou de aprimoramento técnico destinado aos cativos, tão pouco seria o intervalo para estabelecer alianças ou buscar formas alternativas de organização e sobrevivência antes e depois da Lei Áurea.

Segundo algumas interpretações históricas, que se detiveram na “transição”, os descendentes da senzala – ex-escravizados africanos, crioulos, livres e libertos – não estavam preparados para se inserir no mercado de trabalho nascente e eram incapazes de tomar iniciativas de organização social. A eles sobraram representações desabonadoras, como: baixo nível intelectual, rebeldia, tendências para a vagabundagem, alcoolismo e crime, consideradas “heranças da escravidão”.<sup>39</sup> Foram reproduzidos os argumentos da marginalização inevitável da população negra, em que o modelo era a experiência paulista, em virtude da incapacidade adaptativa aos processos de urbanização e industrialização, enquanto aos imigrantes europeus eram somados elogios de morigerados e trabalhadores. As ideias derivadas do que se entendia como dificuldade para a “integração” daquelas pessoas na sociedade brasileira, na maioria das vezes, foi o resultado da renúncia em entender as alternativas culturais e de organização social, inclusive a imprensa negra, numa perspectiva política.

## **REFLEXÕES FINAIS E APONTAMENTOS FUTUROS**

Desde o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro, os intelectuais e militantes não aceitaram ser representados simplesmente enquanto escravizados, mas como construtores do país, símbolos de trabalho, organização e resistência. Foram reafirmados os princípios da construção de uma “identidade negra”, fundamentalmente política e dirigida para o empreendimento de lutas específicas que se voltaram ao reconhecimento intelectual e à disputa da memória nacional.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> Segundo Clóvis Moura (1990, p. 41), as representações e estereótipos negativos dos negros na nossa historiografia eram bem mais antigos, vinham desde o primeiro livro de História do Brasil, editado em 1627, por Frei Vicente do Salvador.

<sup>40</sup> As disputas pela hegemonia na construção da nacionalidade, geralmente, dão-se em datas comemorativas, civis ou militares, que visam definir uma “memória nacional” a ser resgatada da história. Conforme demonstramos, para o movimento negro essas

Ao longo de 1980 e início da década seguinte, fortaleceu-se uma intelectualidade negra ligada ao meio político e às universidades que se manteve em diálogo com o movimento negro. Naqueles anos, a área da educação foi a que mais se destacou em termos de produção intelectual, em que muitas negras e negros defenderam dissertações e teses sobre as suas próprias experiências históricas e cotidianas, tornando-se autores de suas reflexões acadêmicas.<sup>41</sup>

As pesquisas recentes são resultados, entre outros aspectos, da desmoralização que o 13 de maio de 1888 passou a ter naqueles anos. A memória coletiva oficial, construída sobre as datas, os heróis e os símbolos nacionais, foi colocada em discussão na esfera pública. A abolição como concessão da oligarquia nacional ou ato de bondade da Princesa Isabel passou a ser questionada; do mesmo modo, a identidade nacional, construída sobre o arcabouço ideológico da mestiçagem, passou a ser fracionada pelas reivindicações de políticas específicas para a população negra.

Nesse sentido, desde a década de 1990, no bojo das discussões sobre globalização, nacionalismo, identidade e multiculturalismo, o termo diáspora vem sendo utilizado como projeto político e acadêmico que questiona as ideias de raça, identidade étnica, território e cultura nacional. Passamos a considerar as contribuições fundamentais, vindas da África e do Caribe e incrustadas nas principais universidades inglesas e norte-americanas, da filosofia e do pensamento crítico, que ofereceram novas tipologias, genealogias e formas de pensar a diáspora africana. Construídas, sobretudo, a partir da releitura das obras de Frantz Fanon, Aimé Césaire, William B. Du Bois, entre outros intelectuais que foram, eles mesmos, resultados do processo de expansão e colonização europeia.<sup>42</sup> Muitos dos trabalhos que nasceram a partir daquelas contribuições são chamados de “pós-coloniais”, “estudos culturais”, “estudos da diáspora” ou “estudos subalternos”, o que nos deu a possibilidade teórica de inverter a lógica usual na produção do conhecimento, geralmente, do centro para a periferia. Seria uma reação contrária ao caráter forçado do processo de modernização ocidental ou uma tentativa desesperada daqueles que

---

efemérides têm se constituído em momentos privilegiados nas disputas pela hegemonia da memória brasileira a ser perenizada. Nesse sentido, ver Hanchard (2001), principalmente o capítulo intitulado: “Política racial e comemorações nacionais: a luta pela hegemonia”.

<sup>41</sup> Abdias Nascimento, como deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro, foi o primeiro a propor políticas públicas compensatórias para a população afro-brasileira. Cf. Projeto n° 1331/1983.

<sup>42</sup> Entre outros, ver: BOGUES, 2003; GORDON, 2000.

teriam sido deixados de fora do que se entende como “globalização”? Essa e outras questões foram colocadas por alguns dos intelectuais que passaram pelo processo recente de construção desses novos paradigmas da produção do conhecimento.<sup>43</sup>

Nos últimos anos, essas reflexões tornaram-se perspectivas de estudos balizadoras na redefinição crítica do lugar da África, dos africanos e seus descendentes na formação do ocidente. Trouxeram a noção de diáspora como um processo dinâmico, multifacetado, que rompeu com aquelas ideias cristalizadas e essencialistas sobre raça, nação, cultura, território, tempo, que foram concebidas em matrizes de pensamento europeias e costumavam descrever a dispersão africana numa única direção ou como fenômeno preso ao passado. Ao contrário, o processo de escravização dos africanos e o resultado que adveio tornaram-se inseparáveis do processo de expansão colonial, da industrialização e do acúmulo de riqueza das metrópoles. Esse processo deu-se de forma concomitante ao subdesenvolvimento das periferias e à constante reorganização dos contêdores em novas bases para as disputas.

Paul Gilroy (2001), ao comentar a luta pelo reconhecimento do racismo como aspecto estruturante da sociedade brasileira às conquistas do movimento negro no Brasil, destacava os “desejos românticos” que anteciparam o país como o símbolo de um mundo sem raças. A partir da perspectiva analítica que se deriva da ideia de diáspora, em que se inserem as reconhecidas conquistas daquele movimento, ele questionava o escopo e o alcance dessa política negra para o resto do mundo, que nos dão condições de relacionar as questões locais às experiências translocais.<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> Há uma grande diversidade epistemológica e de origem naquelas propostas, o único consenso é a inversão da construção do conhecimento que passou a se originar a partir de intelectuais compromissados com questões sociais e políticas dos grupos subalternos, nos diversos países que foram colonizados pelos europeus. Os *subaltern studies*, por exemplo, nasceram no início dos anos de 1980, na Universidade de Amritsar, no Centro de Estudos de Ciências Sociais de Calcutá. As influências vinham do movimento, criado no final dos anos de 1960, destinado a buscar alianças entre estudantes universitários e camponeses. Os “naxalitas”, de tendências maoísta, conforme ficaram conhecidos, devido à origem geográfica do movimento na vila de Naxalbari, no norte de Bengala, buscavam a revolução para obter terras e melhores condições sociais. Alguns daqueles jovens universitários, como o autor que segue, foram influenciados pelo movimento “naxalita” e expandiram as suas questões e propostas políticas aos meios intelectuais. Inicialmente, na Índia e países próximos, depois, devido à diáspora dos intelectuais indianos em busca de melhores condições de trabalho, para os principais centros universitários da Europa e Estados Unidos. Para maior entendimento, pesquisar: CHATTERJEE, 2004.

<sup>44</sup> Nessa direção, entre outros, ver: COSTA, 2006.

Nesse sentido, é revelador acompanhar a produção intelectual apresentada, desde 1989, nos Congressos Brasileiros de Pesquisadores(as) Negros(as), organizados pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). No congresso de 2010, p. ex., realizado no Rio de Janeiro, sob o tema “Afro-diáspora, saberes pós-coloniais, poderes e movimentos sociais”, uma porção considerável dos mais de 1.500 trabalhos apresentados era sobre o período “pós-abolição”.

O objetivo dos congressos é dar visibilidade aos trabalhos acadêmicos desenvolvidos, com orgulho e entusiasmo, por intelectuais negros e negras espalhados por todo o país. Os eventos têm um viés político explícito de demarcarem um lugar específico na produção do conhecimento. Nessa direção, boa parte das perspectivas teóricas e metodológicas que orientam os trabalhos são motivadas pela mudança ou transformação que se deslocam do eurocentrismo em direção à diáspora africana e aos pressupostos do pós-colonialismo e do pós-abolição como alternativas possíveis na construção de um outro conhecimento sobre uma mesma história do Brasil.<sup>45</sup>

As opções de boa parte desses pesquisadores, ao trabalhar com os temas do período após 1888, aproximam-se, cada vez mais, em termos de delimitações temporais e temáticas, do mundo em que vivemos – talvez seja uma fuga das temáticas da escravidão. Muitos dos pesquisadores negros, assim como eu, passaram toda a vida escolar e parte da acadêmica ouvindo a mesma ladainha: “os africanos não tiveram história, pois não tinham escrita”; “a vida dos escravos reduzia-se ao tronco e à fuga”; “os negros serviram apenas como as mãos e os pés dos senhores”, o que, certamente, nos motiva à construção de outras perspectivas históricas.

A escravidão foi a instituição mais longeva e contribuiu com maior número de pessoas para a ocupação e a colonização do Brasil. Ela fundou a nação ao mesmo tempo em que foi a base estruturante do que conhecemos como pensamento social brasileiro. A “questão racial”, entrecruzada com a “questão social”, nunca deixou de ser um tema relevante na nossa sociedade, e tem ocupado, cada vez mais, as páginas dos jornais e as cabeças dos acadêmicos.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> A Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar, também abriu muitas perspectivas de pesquisa e publicação sobre o tema.

<sup>46</sup> Haja vista toda a discussão sobre políticas das ações afirmativas. Por outro lado, os estudos das identidades brancas, pouco trabalhados no Brasil, são importantes para o diagnóstico e o tratamento das patologias sociais advindas das racializações e desigualdades entre os diferentes grupos formadores da nossa nacionalidade. Ver,

Os principais dilemas existenciais da nossa nacionalidade passaram e ainda passam por questões e problemas advindos do tráfico escravo, demonstrando que é fundamental o estudo e a aprendizagem da história e da cultura afro-brasileira e africana. Afinal, somos a maior nação afrodescendente fora do continente africano e temos a maioria da população brasileira identificada como negra.

## REFERÊNCIAS

BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 145-158.

BARIANI, Edison. Guerreiro Ramos: uma sociologia em mangas de camisa. In: **CAOS** – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, n. 11, out. 2006, p. 84-92

BOGUES, Anthony. **Black heretics, black prophets**. Radical political intellectuals. New York: Routledge, 2003.

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Jorge. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista da USP**, São Paulo, n. 68, p. 88-103, dez. 2005-jan.-fev. 2006.

CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o direito à memória e os arquivos judiciais. In: SCHMIDT, Benito B. **Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, modernidade e política**. Salvador: EdUFBA, CEAO, 2004.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

DAVIS, Darien J. **Afro-brasileiros hoje**. São Paulo: Summus, 2000.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Ed. 34; Universidade Candido Mendes, 2001.

GORDON, Lewis. **African philosophy of existence**. New York: Routledge, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Resistência e revolta nos anos 1960: Abdias do Nascimento. **Revista da USP**, São Paulo, n. 68, p. 156-167, dez./jan./fev. 2005-2006.

HANCHARD, Michael G. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo, 1945-1988**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

LARA, Sílvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. In: **Projeto História**, PUC-SP, n. 16, 1998, p. 25-39.

LIMA, Ari. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?. **Afro-Ásia**: revista do Centro

---

especialmente o artigo “Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e *media* no Brasil”, de Sovik (2004, p. 363-386).

- de Estudos Afro-Orientais da UFBA, Salvador, n. 25-26, p. 281-312, 2001.
- MAGGIE, Yvonne. "Aqueles a quem foi negada a cor do dia": as categorias de cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (Org.). **Raça, ciência e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- MAIO, Marcos C. A questão racial no pensamento de Guerreiro Ramos. In: MAIO, M. C. (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A história do Projeto UNESCO: estudos raciais e ciências sociais no Brasil**. Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.
- MICELI, Sérgio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: IDESP, EDUSP, FINEP, 1989. v. 1.
- MOTTA-MAUÉS, Maria A. Quem somos nós? Anotações para um diálogo que não houve: Costa Pinto e a militância negra dos anos 50. In: MAIO, Marcos C.; VILLAS BÓAS, Gláucia (Orgs.). **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PEREIRA, João Baptista B. As relações entre a academia e a militância negra. In: BACELAR, Jéferson; CAROSO, Carlos (Orgs.). **Brasil, um país de negros?** Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 1999.
- PINTO, Luiz de Aguiar C. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.
- REIS, Antonio. Identidade, raça e interpretação do Brasil em Manuel Querino. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
- ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antonio S.; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SANTOS, Wanderley G. dos. **Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Casa de Oswaldo Cruz, 2002.
- SALIBA, Elias T. Prefácio. In: DOSSE, François. **A história em migalhas: dos "Anales" à "Nova História"**. São Paulo: Ensaio; Unicamp, 1992.
- SIQUEIRA, José J. A redemocratização de 1945 e a emergência de uma nova consciência sobre a questão do negro no Brasil. In: SALGUEIRO, Ana A. A. **A república e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- SOUZA, Márcio F. de. **A construção da concepção de desenvolvimento nacional no pensamento de Guerreiro Ramos**. Doutorado em Sociologia. Belo Horizonte, UFMG, 2000.
- VIANNA, L. W.; CARVALHO, M.A.R.; MELO, M.P.C. Ciências sociais e vida pública. **Dados**, n. 37, p. 357-403, 1994.
- XAVIER, Regina C. L. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA, Gilberto F. da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da C. (Orgs.). **RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- ZANATTA, Elaine M. Documento e identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. **Cadernos AEL**, n. 5-6, 1996/1997.